

EDITORIAL

Neste momento da trajetória mundial, em que vivemos os impactos da economia mundializada sobre a questão agrária brasileira, é com grande alegria que apresentamos ao leitor o Número 8 da REVISTA AGRÁRIA, que traz artigos importantes no tocante à necessária reflexão sobre este processo.

Vivemos, nesta primeira década do século XXI, uma consolidação da expansão dos agrocombustíveis, dos transgênicos e da internacionalização de parte de nossas terras e, vivemos, ao mesmo tempo, a luta pela terra, a luta pela produção ecológica e/ou agroecológica e um questionamento tanto do modelo de agricultura convencional quanto da incipiente reforma agrária brasileira.

Neste âmbito é que a REVISTA AGRÁRIA traz quatro importantes artigos que versam sobre esta discussão, além da sessão “Teoria em Debate” que traz um artigo sobre a Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo (de Larissa Mies Bombardi), e da sessão “Resenha”, em que contamos com a apresentação da obra “*Os Camponeses e a práxis da produção coletiva*”, de Valéria de Marcos e João Edmilson Fabrini, realizada pela pós-graduanda Fernanda Thomaz (FFLCH-USP).

Apresento, ao leitor, uma apresentação das temáticas discutidas nos quatro artigos que se encontram reunidos neste número.

Elpídio Serra, professor da Universidade Estadual de Maringá, em seu artigo “O COOPERATIVISMO HÍBRIDO E SUAS FORMAS DE ATUAÇÃO NO PARANÁ” faz uma análise do processo que transformou as cooperativas agrícolas do Paraná em grandes empresas comerciais e industriais integradas ao agronegócio. O autor nos informa sobre aquilo que ele denomina de “comportamento híbrido” das cooperativas, caracterizado por uma atuação contraditória, uma vez que tais cooperativas atuam “*ao mesmo tempo e com a mesma estrutura, com associados livres, associados integrados e terceiros (agricultores não associados)*”. Neste artigo o autor toma como referência as cooperativas COCAMAR, de Maringá e C. VALE, de Palotina, mostrando que a nova forma de agir de tais empresas as tem distanciado de suas bases sociais e “*dos princípios ideológicos do cooperativismo como sistema universal, baseado em sociedade de pessoas e não de capitais*”.

No artigo “SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BASE ECOLÓGICA: RELOCALIZAÇÃO E REATIVAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO LITORAL NORTE

DO RIO GRANDE DO SUL” os autores Daniela Garcez e Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, respectivamente doutoranda e professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS avaliam o cultivo da banana no litoral norte do Rio Grande do Sul, fazendo um estudo comparativo entre a produção convencional e a produção ecológica, buscando compreender como a produção ecológica leva a uma reativação do espaço rural. Os autores demonstram, através de uma abordagem dos sistemas agrários de Mazoyer e Roudart, que o cultivo ecológico obtém uma eficiência econômica e produtiva relativamente maior. Os autores observam ainda que a agricultura de base ecológica é responsável não só pela produção de um alimento diferenciado, como também responde pela “*capacidade de re-socializar ou re-localizar o alimento e dar um novo sentido ao lugar*”.

Os autores Birgit Yara Frey Riffel, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Beatriz Aparecida Bessa Florêncio, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Tatiana Diniz Prudente do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e Alexandre Luiz Alves, também do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, no artigo intitulado “ARITMÉTICA AMBIENTAL APLICADA À ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS PLANTAÇÕES DE BIOCOMBUSTÍVEIS E FLORESTAS” tecem uma reflexão a respeito dos impactos que a implantação de reflorestamentos destinados ao seqüestro de carbono, emitido por queima de combustíveis fósseis, e a plantação de biocombustíveis têm sobre a produção de alimentos, bem como sobre a ocupação do solo e sobre o estoque de gases estufa no mundo. Neste artigo os autores propõem também um modelo de enfrentamento destes impactos, que responde às diretrizes das conferências de Quioto (1997) e de Bali (2007).

O artigo “A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: A REFORMA AGRÁRIA CONSERVADORA”, de Eduardo Paulon Girardi (UFMT – Campus de Cuiabá) e Bernardo Mançano Fernandes (Unesp – Campus de Presidente Prudente), é resultado da tese de doutorado de autoria de Eduardo Girardi, sob orientação de Bernardo Fernandes, ambos pesquisadores do Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Unesp).

Neste artigo os autores analisam a luta pela terra e a sua conquista no Brasil, considerando que a ocupação de terra é a principal forma de luta dos camponeses organizados em movimentos socioterritoriais e que, por sua vez, os assentamentos são

uma resposta do Estado a essas ações. Os autores apresentam a tese de que a política de assentamentos rurais é uma estratégia para não realizar uma reforma agrária ampla no país e, portanto, se caracteriza por um alcance reduzido, ou, aquilo que os autores denominam de “*reforma agrária conservadora*”, uma vez que não consegue desconcentrar a terra, diminuir as desigualdades sociais ou impedir o êxodo rural.

Com este artigo fechamos o número 8 da AGRÁRIA, desejosos de que o leitor desfrute das reflexões ora apresentadas.

Larissa Mies Bombardi